

## **ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: O PEQUENO AGRICULTOR REDEFINIDO – DÉCADA DE 1970.**

### **STATE, PUBLIC POLICIES AND AGRICULTURAL MODERNIZATION: THE SMALL FARMER REDEFINED – 1970S.**

### **ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS Y MODERNIZACIÓN AGRÍCOLA: EL PEQUENO AGRICULTOR REDEFINIDO - DÉCADA DE 1970.**

Marno Mello\*

**Resumo:** A modernização da agricultura dialoga com os últimos acontecimentos regionais, nacionais e internacionais. Desde que houve uma opção política no Brasil, especificamente a partir de 1930, pela modernização conservadora, a agricultura foi usada para produzir matéria-prima para a indústria. O pequeno agricultor familiar que vivia de forma simples praticando uma agricultura tradicional demonstrou resistência ao modelo de modernização, que vinha por intermédio do estado que intermediava financeiramente políticas voltadas para o crédito, condicionando a obrigatoriedade de introduzir elementos que representavam a modernização da agricultura, como implementos, sementes híbridas, herbicidas e inseticidas. Diante da opção pela modernização capitalista da agricultura, o camponês demonstrou resistência visto que as consequências eram poluição do meio ambiente, crescimento dos latifúndios e êxodo rural.

**Palavras-chave:** Agricultura. Modernização. Políticas de crédito.

**Abstract:** The modernization of agriculture dialogues with the latest regional, national and international events. Since hearing a political option in Brazil from 1930 onwards for conservative modernization, agriculture has been used to produce raw materials for industry. The peasants, who preferred to live in a simple way, practicing traditional agriculture, demonstrated resistance to the modernization model that came through the state through financial intermediation and credit-oriented policies, making the introduction of elements that represented the modernization of agriculture as mandatory. implements, hybrid seeds, herbicides and insecticides. Faced with the option for the capitalist modernization of agriculture that the peasantry demonstrates resistance since the consequences were the pollution of the environment, the growth of large estates and the rural exodus.

**Keywords:** Agriculture. Modernization. Credit policies.

**Resumen:** La modernización de la agricultura dialoga con los últimos eventos regionales, nacionales e internacionales. Dado que hubo una opción política en Brasil, específicamente desde 1930, por la modernización conservadora, la agricultura se ha utilizado para producir materias primas para la industria. El pequeño agricultor familiar que vivía simplemente de la práctica de la agricultura tradicional demostró resistencia al modelo de modernización, que llegó a través del Estado que intermediaba financieramente políticas orientadas al crédito, obligando a introducir elementos que representarían la modernización de la agricultura, como

los implementos. , semillas híbridas, herbicidas e insecticidas. Ante la opción por la modernización capitalista de la agricultura, el campesinado mostró resistencia ya que las consecuencias fueron la contaminación del medio ambiente, el crecimiento de latifundios y el éxodo rural.

**Palabras clave:** Agricultura. Modernización. Políticas de crédito.

## **Introdução**

Desde que foi inserida no processo de modernização, a agricultura foi usada para produzir matéria-prima para a indústria, utilizando-se da produção do pequeno e médio produtor familiar, num movimento conhecido como “agroindustrialização”. Nesse processo amplo podemos dizer que o Estado desempenhava um papel importante de agente modernizador, juntamente com outras entidades representativas que se beneficiaram das políticas públicas de incentivo à oferta de novas tecnologias, aquisição de insumos, fertilizantes, implementos agrícolas pela política do crédito.

O pequeno agricultor familiar vivia de uma maneira simples no campo, praticando uma agricultura tradicional, porém pressionado pelo Estado em modernizar a atividade agrícola através da intermediação financeira de políticas econômicas voltadas para o crédito bancário para aderir a esse novo meio de produção modernizada. Em parte, essa exigência se devia ao plano do governo na modernização da agricultura com investimentos de médio e longo prazo e da extensão do crédito rural. A ação do Estado era de modernizar a agricultura através do fomento à pesquisa, do incentivo à diversificação e da industrialização.

A agricultura é o eixo determinante no processo de sustentação da economia, dando relevância ao surgimento de novos padrões econômicos baseados na agroindustrialização. A atividade agrícola passou a ser associada às grandes propriedades monocultoras e agroexportadoras, por isso negou ou ignorou a contribuição do pequeno agricultor familiar, que resistia a esse processo de modernização da agricultura. Como consequência desse movimento de resistência ao modelo de modernização, os pequenos agricultores familiares praticamente foram excluídos do sistema de produção pelo não acesso às novas tecnologias. Por esse motivo lhe restou abandonar o campo e se instalar nas periferias das cidades, e os que permaneceram lá se tornaram pobres, mas lutando heroicamente contra o sistema capitalista.

## **O campesinato e a agricultura familiar**

O campesinato foi, e ainda é, historicamente, predominante nas sociedades tradicionais. Para Eric Wolf (1976 p. 9), são integrantes das “sociedades camponesas” “aqueles segmentos da espécie humana que permaneceram a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial”.

Por sua vez, Henri Mendras (1984, p. 19) considera que "este arquétipo da sociedade camponesa tradicional se encarou sob formas diversas no Ocidente europeu desde os meados da Idade Média até o fim do século XIX".

O campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Pode-se identificar em diversos países na atualidade setores mais ou menos expressivos que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir quanto em sua vida social. Mesmo tendo anunciado “o fim dos camponeses”, Mendras sustenta, juntamente com Marcel Jollivet, em *As coletividades rurais francesas*, a hipótese da permanência de um setor camponês residual na França. “Qualquer que seja a diversidade das regiões e das nações, das civilizações e dos regimes políticos, vê-se, sempre a coletividade rural integrar-se à sociedade global, conservando, no entanto, sua autonomia e sua originalidade” (JOLLIVET; MENDRAS, 1991, p. 21).

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição desse objetivo supõe muito frequentemente a extrema mobilidade do agricultor que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais (WANDERLEY, 1996, p. 11).

Tendo em vista a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna, segundo Wanderley (1996), na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família, mas do próprio estabelecimento familiar.

De certa forma, o lugar do trabalho familiar é reiterado e, mesmo, reforçado: os membros da família continuam envolvidos no trabalho do estabelecimento – suas tarefas consistem agora, fundamentalmente, na operação das máquinas (meios de produção e também

patrimônio familiar) e na fiscalização dos assalariados – e, sobretudo, esses estabelecimentos têm capacidade para absorver um maior número de filhos (WANDERLEY, 1995).

Ainda na ideia do autor, o fato de utilizar, mesmo com uma elevada intensidade, o trabalho externo, não transforma necessariamente esses agricultores em empresários capitalistas no sentido clássico e exato do termo. Essa agricultura familiar não é capaz, pelas suas próprias forças produtivas, de gerar o trabalho assalariado, limitando-se a utilizá-lo onde o capital e a grande propriedade têm essa capacidade.

A agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989). Tendo que se adaptar às exigências da agricultura moderna, essa forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto que ainda tem de “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como que fragilizada nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças. De acordo com Wanderley (2003, p. 44),

o debate gira em torno da constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos, frequentemente vistos como “gestados” pela própria ação do Estado.

É possível entender o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares. Em primeiro lugar, o campesinato se constitui, historicamente, como uma civilização, ou como uma cultura. Henri Mendras (1984) se refere a uma civilização camponesa cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas que mudanças introduzidas em uma dessas afeta, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social.

Para Mendras, o campesinato está sempre associado a sociedades camponesas, não se reduzindo apenas a uma forma social de organizar a produção, nem a um tipo de integração ao mercado. Marcel Jollivet (2001) avança o debate ao articular essas “coletividades rurais” ao processo de transformação da sociedade em seu conjunto. O olhar do sociólogo deveria buscar compreender, para além da simples análise de sua dinâmica interna, a incidência local das lutas sociais mais gerais da sociedade em cada momento do processo histórico. Para Wanderley,

O campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é

dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2003, p. 44-45).

O saber tradicional dos camponeses, conforme descreve Wanderley (2003), passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades.

A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica. Como afirma Mendras, o agricultor “não é mais seu próprio mestre e necessita, permanentemente, de um mestre para instruí-lo” (MENDRAS, 1984, p.164).

## **A agricultura moderna**

Com efeito, o modelo produtivista que realizou a modernização agrícola é, hoje, profundamente questionado pelos seus efeitos perversos de ordem econômica, social e ambiental, e que afetam o conjunto da sociedade. De acordo com Wanderley (2003), na maioria dos países de agricultura moderna, a crítica desse modelo vem sendo feita em grande parte por agricultores familiares que se definem como camponeses e que dessa forma se colocam como portadores de outra concepção de agricultura moderna. Para o autor,

questionando uma visão que considera a agricultura como um simples campo de investimento de capital e, em consequência, privilegia a quantidade produzida e a produtividade dos fatores produtivos, esses agricultores defendem um modelo fundado na qualidade dos produtos e propõem um pacto social entre produtores e consumidores, isto é, entre os agricultores e as populações urbanas. Produzir qualidade supõe, nessa perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados (WANDERLEY, 2003 p.54).

O primeiro objetivo (razão) da modernização da agricultura é, e sempre foi, aumentar o lucro, baseado no aumento da produtividade da propriedade desenvolvido com o auxílio da tecnologia e das máquinas. No caso da agricultura, o uso de todo um conjunto de instrumentos modernos provoca sensível aumento da capacidade produtiva de cada operário. E o uso da tecnologia e dos equipamentos favorece o objetivo de modernização da agricultura capitalista que mais do que nunca busca acúmulo de capital, uma vez que o trabalhador não usufrui do resultado do seu trabalho de acordo com o rendimento.

O segundo objetivo (razão) para modernizar a agricultura ainda continua sendo o aumento do lucro. Porém, com foco no baixo custo unitário de produção. Conforme o autor, baixando os custos pela organização adequada dos fatores e pela produção em escala, assegura a ele a possibilidade de uma acumulação maior. Assume aqui o papel da eficiência e eficácia administrativo-empresarial. Quando se trata da agricultura, a taxa de lucro sobre uma pequena quantidade de produção geralmente desestimula o pequeno agricultor. E o efeito é contrário quando a mesma taxa de lucro é aplicada sobre um montante grandioso de produção obtido numa grande propriedade. O resultado aumenta o interesse individual do agricultor num sistema capitalista, oportunizando uma maior possibilidade de lucro.

O terceiro objetivo (razão) para modernizar a agricultura está baseado na necessidade de superar um conflito entre o capital e o latifúndio. Nesse caso, o uso da terra de forma adequada e racionalizada, a grande propriedade latifundiária poderia se tornar produtiva e diminuir a diferença entre o latifúndio e uma propriedade rural moderna. O latifúndio improdutivo poderia se tornar alvo fácil de movimentos que reivindicavam a reforma agrária como possibilidade para aumentar a produção de alimentos.

E o quarto objetivo (razão) para modernizar a agricultura está no fortalecimento do complexo agroindustrial. É necessária a viabilização de uma agricultura baseada na técnica e pelo uso da máquina para aumentar a produção de matéria-prima destinada às indústrias. Ao mesmo tempo, o agricultor com suporte do governo para obtenção de créditos faz financiamentos para adquirir máquinas e implementos para seu uso diretamente das indústrias.

O agricultor é o primeiro a sofrer as interferências da política de modernização conservadora da agricultura. Fizeram dele um objeto, um ser espremido entre a estrutura produtora de insumos, máquinas e as condições impostas pelo sistema capitalista para

comercializar seus produtos. O sistema produz um sujeito alienado e descapitalizado. Produz para os outros e não é chamado na hora da comercialização, nem na definição dos preços daquilo que produziu.

É importante observar que esse movimento de superação de uma forma de produzir pelo que passa a ser chamada de moderno é que ele não ocorre de forma hegemônica ou homogeneizada. E o contrário disso é “a forma moderna dinâmica, moderna de produzir nas atividades agrárias tornou-se dominante e impositiva” (MULLER, 1999, p.22). A homogeneização ocorre a partir do capital aliado à força humana e pouca terra seria capaz de produzir muito mais.

O processo de modernização foi acompanhado de uma substituição dos atores sociais envolvidos na produção agrícola. Assim, a subordinação referida se traduz em nível político ideológico pela legitimação da “empresa rural” – mesmo que mal definida – como a única forma de produção capaz de superar seus limites históricos e de assumir o projeto da agricultura moderna que interessa ao conjunto da sociedade brasileira.

### **A agricultura camponesa: o estado e os recursos financeiros**

O subsídio para a agricultura é fomentado no Brasil desde o processo de colonização. Desde o ciclo da cana-de-açúcar, o Brasil já recebia recursos portugueses e holandeses. O processo foi se dando na medida em que o mercado de produtos vinha se desenvolvendo e evoluindo. E a agricultura, que passava por ciclos de modernização, determinou ciclos os econômicos e as relações sociais de produção.

A questão do crédito é definida a partir da década de 1930, quando a agricultura tem um papel mais definido dentro do processo de acumulação de capital. Desde 1930 o Estado brasileiro atuou como agente de modernização da agricultura pelas políticas governamentais que adotou. Por isso se diz que não há como falar de modernização da agricultura sem mencionar o governo de Getúlio Vargas. Até o início da era Vargas, a agricultura brasileira se desenvolvia a partir de um modelo agrário exportador, muito dependente de mercados externos compradores da produção agrícola. Se não bastasse a dependência externa, havia outro fator negativo, a diversificação. Os produtos agrícolas eram inicialmente o café, seguido pela produção do açúcar de cana. Como a agricultura seria capaz de deixar os anos de atraso e o marasmo no qual se encontrava?

A partir de 1930, o Estado brasileiro começou a agir em torno da modernização da agricultura. O crédito oferecido pelo Estado visava estimular também o crescimento urbano industrial, estabelecendo fontes de financiamentos em condições altamente privilegiadas. A criação do CREA<sup>i</sup> objetivava financiar a agricultura com a clara intenção de aumentar a mercantilização da produção, ampliar os mercados, financiar direta ou indiretamente a produção. Essa forma de captação possibilitou muito a expansão do crédito nos anos 70 e uma flexibilização na determinação da remuneração por parte da agricultura. A disponibilidade de crédito também era condicionada à obrigatoriedade da introdução da modernização na propriedade do agricultor que buscava pela oferta de financiamento junto às instituições financeiras.

Na década de 1970 houve um grande impulso à alternativa creditícia como meio de alavancar a modernização da agricultura. Porém, a modernização segue a trilha conservadora pelo viés da agricultura capitalista que busca acima de tudo aumentar a produção, os lucros, o capital sem alterar em nada a estrutura agrária formada por grandes latifúndios ou minifúndios desde o início da colonização do Brasil.

Utilizou-se do crédito rural como instrumento de modernização da agricultura e sua forma tradicional, no entanto sem mudar a estrutura fundiária. Nesse período o financiamento diz respeito às taxas de juros e condições de pagamento. O crédito foi muito utilizado para aquisição de insumos e procedimentos técnicos ditados pelo Estado como modernos, tais como: sementes selecionadas, insumos químicos, planos de recuperação do solo, cobertura orgânica etc. Por isso, a concessão e ofertas de crédito mediante a obrigatoriedade em investimentos em elementos que definiam a agricultura moderna.

Nessa mesma linha de reflexão, percebe-se que o Estado ao financiar a agricultura de forma obscura tinha enorme interesse pelo desenvolvimento industrial, pois subsidiava os produtos industriais que mais interessavam à indústria no momento. Isso mostra que não era uma política isolada, e sim parte de uma estratégia de favorecimento à indústria multinacional que estava se consolidando no país.

A modernização compulsória se refletiu na composição do crédito ofertado aos agricultores. O que isso significa? A partir dos anos 70, quando se definiram e consolidaram linhas de crédito para a agricultura, a cada ano que passava a composição do percentual do crédito para investimento aumentava. Conforme destaca Kageyama (1987, p. 58), percebe-se

que a modernização “compulsória” se refletiu na própria composição do crédito. A participação do crédito para investimento, que em 1969 era de 28% do crédito total, passou para 29% em 1971 e 33% em 1972, ficando bem acima de 30% em 1978. O crédito de custeio manteve-se altamente expressivo, mantendo-se quase que constante. Ficando em torno de 55 a 57% em todo o período analisado. Quase a totalidade desse crédito era canalizada, obrigatoriamente, para a aquisição de fertilizantes e defensivos para a agricultura. O crédito para a comercialização não recebeu tanto incentivo, ficando estável em torno de 18 a 20% do total. Esse crédito via empréstimo do governo federal(EGF) facilitou a formação de cooperativas empresariais e algumas indústrias de estocagem e processamento dos produtos.

De acordo com Munhoz (1982, p.68), a partir de 1977 começaram os questionamentos dessa liberdade de concessão de financiamentos rurais. Começou a haver uma pequena substituição na sistemática de ação. Houve um avanço no crédito de custeio em detrimento de investimentos. Mas a modernização continuou. A ênfase maior foi dada aos investimentos modernos e não mais a máquinas, motrizes e benfeitorias. O crédito passou a ser canalizado para programas especiais ligados a culturas específicas que favoreciam financeiramente a utilização de insumos modernos (sementes selecionadas, adubos, corretivos...) que poderiam reduzir os custos de produção.

A justificativa para essa redução dos volumes de recursos disponibilizados para financiar a agricultura é realizada pelo próprio Furstenau (1987, p. 143) ao afirmar que “a mudança na política governamental de diminuição de recursos possíveis de serem apropriados pelo setor agrícola tem como pano-de-fundo os problemas crescentes apresentados no comércio internacional, e especificamente o patamar já significativo alcançado pela inflação que torna crescente o custo do dinheiro”. Essas mudanças fazem parte da política ortodoxa do governo no tocante ao que diz respeito o corte dos gastos governamentais, limitação quantitativa da expansão do crédito bancário e liberação das taxas de juros. Essa decisão política promoveu gradualmente a retirada de subsídios do crédito rural.

Em relação aos subsídios do governo para os agricultores e as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras que ofertavam créditos para a agricultura Munhoz ressalta (1982, p. 32-33):

Observa-se que a despeito da relativa estabilidade das taxas de inflação durante os anos de 1980 a 1981, as taxas de juros do crédito rural foram necessariamente elevadas, reduzindo-se, conseqüentemente, o diferencial entre ambas, discutindo-se no momento novas alterações nos

custos dos financiamentos, dentro do propósito declarado de algumas áreas governamentais e eliminar totalmente o subsídio implícito que decorria da adoção de taxas negativas de juros reais.

A redução dos subsídios e a diminuição da oferta de crédito para a agricultura se deram em favor da tutela brasileira ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que desde esse período influenciou na política econômica dos países em desenvolvimento com o intuito de reduzir déficit público. Mais uma vez a agricultura passou a ser penalizada pela política econômica do governo à qual estava subordinada depois que deixou de ser a alavanca da economia. E, ainda, o pouco de recurso e subsídio não era distribuído de forma justa entre os agricultores.

Nesse sentido, Araújo (1983, p. 48) destaca que em 1975<sup>14</sup>, 4% do total dos produtores tiveram acesso ao crédito. Para o autor, em 1978 o acesso ficou entre 20 e 25% do total. Esses que receberam crédito (normalmente fazendeiros) tiveram subsidiada sua produção total e não apenas sua produção marginal. Além disso, mesmo entre essa pequena minoria, há evidência na desigualdade de distribuição.

Os dados do censo agrícola de 1975 analisam que a proporção do crédito rural em relação ao valor da produção agrícola foi de 0,06% para pequenos proprietários de menos de 10 hectares. A participação de pequenos contratos no crédito total diminuiu drasticamente de 1969-1976, limitando-se a apenas 5% do enorme aumento de crédito verificado nesse período. Já os grandes contratos absorveram 61% desse aumento e sua participação no crédito total mais do que duplicou (GODMAN, 1982, p.86).

O crédito nesse período, além de ter sua distribuição não igualitária por tamanho de estabelecimento, foi altamente concentrada por tipo de cultivo e região. Seis produtos dominavam a alocação de crédito de custeio, o café, a cana-de-açúcar, o arroz, o milho, a soja e o trigo. No conjunto, são responsáveis por mais de 50% de todo o crédito na década de 1970. As regiões que mais foram canalizados incentivos creditícios foram Sudeste, com 36%; Sul com 36%, e Centro-Oeste, com 13% (GOMES PAIVA, 1982, p.84).

A década de 1980 foi o período de maior retração do crédito agrícola, quando a política do financiamento entrou em crise. Consequentemente, houve uma redução de 50% dos recursos disponíveis para as regras de operações de crédito rural. A redução ocorreu de uma forma crescente. Entre 1980 e 1984 a redução do crédito de custeio foi na ordem de 40% e a do crédito de comercialização atingiu 70% (KAGEYAMA, 1987, p.61).

Essa política trouxe várias consequências para a agricultura. Houve uma queda expressiva no consumo de defensivos agrícolas, fertilizantes e tratores. Segundo Rezende (1988, p.84), nesse período houve uma queda de 48% para as máquinas. E o comportamento dos preços dos insumos explica a baixa demanda dos produtores. O choque do petróleo em 1979 fez com que o governo internalizasse essa crise elevando os preços dos produtos industriais. Por seu turno, os preços dos produtos agrícolas não acompanharam a alta. O agricultor teve que dar mais produto para obter a mesma quantia de insumos industriais. Em 1982, o governo tentou amenizar um pouco as exigências para a obtenção do financiamento agrícola retirando a obrigatoriedade da utilização de sementes selecionadas. No entanto, permaneceram os valores de custeio aos que utilizavam tecnologias mais modernas. Inclusive as próprias exigências para a obtenção do seguro foram mantidas.

Segundo Martine (1989, p. 12), mesmo as aplicações totais na agricultura e pecuária terem caído de 250 bilhões para 124 bilhões de cruzados entre 1979 a 1984, não pareceu ter afastado tanto a produção como um todo. Com exceção de 1983 (que teve problemas climáticos), a produção apresentou um razoável desempenho. Em parte se deveu à expansão da fronteira agrícola e à inserção dos complexos agroindustriais envolvidos em vários ramos da produção. Alguns pesquisadores do ramo defendem que a retirada do subsídio ao crédito teria encontrado uma estrutura produtiva tecnologicamente consolidada e capaz de reagir às oscilações de estímulos de mercado. São os chamados “defensores da maturidade do novo padrão agrícola”.

A política monetária e o controle da inflação passaram a presidir a instrumentalização da política agrícola. A agricultura passou a ser vítima do quadro de incertezas porque passava a economia do período. A indústria não foi afetada na mesma proporção. Em primeiro lugar, devido à irreversibilidade do patamar técnico da agricultura, e em segundo lugar, devido à possibilidade de diversificações das atividades agrícolas, ou seja, na medida em que se retrai uma cultura, compensa-se com outra, mantendo-se, com isso, o nível de demanda agregada para o setor rural. Um ou outro produto se sobressai em meio à crise, possibilitando, assim, o nível da produtividade industrial assegurado.

Outros defendem que a retirada do crédito subsidiado genérico foi substituído pelo crédito dirigido, ainda mais subsidiado, de acordo com Martine (1989, p. 9), ou seja, não houve literalmente uma eliminação do tratamento creditício, e sim maior seletividade dos

beneficiários, sendo que, entre esses, estavam os complexos agroindustriais à montante e à jusante do processo produtivo. Justifica-se essa afirmativa por ter presente que o maior crescimento no período foi da cana-de-açúcar, amparada pelos altos incentivos ao Proálcool. Outros produtos, como trigo, soja e laranja, foram beneficiados por mecanismos especiais de ajustes externos.

Delgado (1985, p.83) observa que no período de 1980 a 1984 adotou-se uma política agressiva de produção, com pouco crédito, dando prioridade a determinados segmentos produtivos via preços, principalmente produtos agroindustriais, com o objetivo de elevar a balança comercial. A retração de vários setores pesou muito mais do que a elevação dos padrões de outros subsetores.

O crédito restringiu profundamente a participação dos pequenos agricultores nos ganhos com a renda agrícola, muitos passaram a ser assalariados rurais. Objetivamente, uma grande parcela de estabelecimentos não conseguiu acompanhar o processo de modernização e não teve acesso ao crédito, foram agrupados ao latifúndio. Ao mesmo passo, outra parcela de pequenos proprietários se tornou integrada ao complexo agroindustrial como alternativa de sobrevivência no campo e em oposição à forma capitalista de organizar a produção agrícola no campo.

## **Considerações finais**

A sistemática de modernização da agricultura introduzida no Brasil, caracterizada como conservadora, possibilitou uma revolução na forma de produção agrícola, que durante um século dependia de um modelo agroexportador por meio da produção, fundamentalmente, do café e da cana-de-açúcar. A modernização foi apresentada aos camponeses como o único meio de aumentar a produtividade agrícola, especialmente a produção de alimentos e diminuir a dependência econômica em consequência da monocultura e das exportações.

O modelo de modernização introduzido favoreceu o uso de tecnologias na agricultura, como máquinas e implementos agrícolas, mas também alterou drasticamente as relações de produção agrícolas, acarretando no excedente da mão de obra nas propriedades camponesas, principalmente com a inserção de tecnologias agrícolas, como o uso de inseticidas, herbicidas, sementes híbridas e o uso de implementos agrícolas, que substituíram o trabalho exercido pela força braçal. Além de promover o êxodo rural daqueles que

começaram sobrar no campo, também provocou danos ambientais, como a poluição do ar e dos rios. O novo padrão econômico agrícola, reunido em torno das agroindústrias que representavam o capital internacional, promoveu o deslocamento do eixo do desenvolvimento econômico. E a agricultura, passou a ser usada pelo capital internacional para dar sustentação aos princípios da produção de matéria-prima para as indústrias.

Portanto, a modernização da agricultura foi fortemente apoiada pelo Estado através de políticas públicas de incentivo na oferta de novas tecnologias, aquisição de insumos, fertilizantes e implementos agrícolas através do crédito. O camponês, que preferia viver no campo, em contato com a natureza, demonstrou resistência ao modelo de modernização conservadora, que, por ora, foi apoiada pelo Estado ao conceder créditos para a agricultura, também condicionava percentuais cada vez maiores para investimentos em elementos que representavam o modelo de modernização capitalista da agricultura. De um lado, muitos, que se inseriram no processo de modernização através do crédito, ficaram endividados, perderam suas terras, foram morar em áreas urbanas para servir de mão de obra para as indústrias. Outros, que resistiram e não se inseriram no sistema da modernização conservadora porque não dispunham de capital próprio para investir, tornaram-se os pobres do campo e excluídos do sistema de produção.

## **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, P.F.C. de. O crédito rural e sua distribuição no Brasil. *Estudos Econômicos*, v.13, n.2, 1983.

DELGADO, Guilherme C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985*. SP/Campinas: Ícone/Edunicamp, 1985.

FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós-1960. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 139-154, 1987.

JOLLIVET, Marcel; MENDRAS, Henri (Dir.). *Les collectivités rurales françaises: Étude comparative de changement social*. Paris: A. Colin, 1971. t. 1. 223 p.

KAGEYAMA, Angela A. et al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: Unicamp, 1987. 121 p. (mimeografado).

MARTINE, George et al. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6. Olinda, PE, out. 1988. *Anais...* São Paulo: Abep, 1988. v. 2.p. 19-65.

MENDRAS, Henri. *La findespaysans: suivi d'une refléxionsur La findespaysansvingtansaprès*. Paris: ActesSud, 1984. 437 p.

MUNHOZ, Dercio G. *Economia agrícola – agricultura: uma defesa dos subsídios*. Petrópolis: Vozes, 1982.

REZENDE, G.C. de. *Crise externa e agricultura: Brasil, anos 80*. Rio de Janeiro: Fase, 1988.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*. 1995. (mimeografado).

\_\_\_\_\_. A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. *Ideias*, v. 3, n. 2, 1996. (revista do IFCH/Unicamp).

Recebido: 03/02/2021

Aceito: 10/04/2021

Publicado: 24/05/2021

---

\* Professor, Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo, Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo. <http://lattes.cnpq.br/4013696081290595>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6120-7879>

<sup>i</sup> Criação do conselho que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo.